

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras referentes aos semestre findo em 30 de junho de 2011 e de 2010.

Balancos Patrimoniais Levantados em 30 de Junho de 2011 e de 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Ativo	2011		2010		Passivo	2011		2010	
	8.827	8.324	8.818	8.305		Circulante	162	137	162
Circulante	8.827	8.324	8.818	8.305	Outras obrigações	131	101	131	101
Disponibilidades	-	10	8.818	8.305	Fiscais e previdenciárias	31	36	31	36
Aplicações interfinanceiras de liquidez	8.818	8.305	8.818	8.305	Diversas	8.665	8.187	8.665	8.187
Aplicações em depósitos interfinanceiros	8.818	8.305	8.818	8.305	Patrimônio Líquido				
Outros créditos	9	9	9	9	Capital -				
Diversos	9	9	9	9	De domiciliados no país	7.000	7.000	7.000	7.000
					Reservas de lucros	1.665	1.187	1.665	1.187
Total	8.827	8.324	8.818	8.305	Total	8.827	8.324	8.827	8.324

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Semestres Findos em 30 de Junho de 2011 e de 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Totais
	Capital	Legal		
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	5.000	438	575	6.013
Aumento de Capital	2.000	-	-	2.000
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	174
Destinações:				
Reserva legal	-	9	-	(9)
Reserva especial de lucros	-	-	165	(165)
Saldos em 30 de Junho de 2010	7.000	447	740	8.187
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	7.000	456	961	8.417
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	248
Destinações:				
Reserva legal	-	12	-	(12)
Reserva especial de lucros	-	-	236	(236)
Saldos em 30 de Junho de 2011	7.000	468	961	8.665

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Semestres Findos em 30 de Junho de 2011 e de 2010

1. Contexto Operacional
A BGN Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("Sociedade") tem como objeto a prática de operações de arrendamento mercantil. Em 30 de junho de 2011 e de 2010 não apresentava contratos de arrendamento mercantil em sua carteira, tendo em vista a decisão de sua Administração pela suspensão das operações. A Sociedade é parte da estrutura do Grupo Cetelem/BGN no Brasil, cujas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro. Os controladores garantem o suporte financeiro para fazer face às despesas operacionais até a definição quanto à retomada das suas operações de arrendamento mercantil, caso necessário.

2. Base para Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil pela lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pelas leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Desta forma o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN, quais sejam:

- a) CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução BACEN nº 3.566/08;
- b) CPC 03 - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução BACEN nº 3.604/08;
- c) CPC 05 - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução BACEN nº 3.750/09;
- d) CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações - homologado pela Resolução BACEN nº 3.989/11;
- e) CPC 24 - Evento Subsequente - homologado pela Resolução BACEN nº 3.973/11; e
- f) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução BACEN nº 3.823/09.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do resultado
As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência.

As receitas e despesas de natureza financeira são apropriadas observando-se o critério "pro rata temporis", substancialmente com base no método exponencial.

b) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez
As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Passivo circulante e exigível a longo prazo
Os passivos circulante e exigível a longo prazo representam os valores conhecidos na data do balanço, incluindo encargos e variações monetárias e cambiais incorridos.

e) Imposto de renda e contribuição social
A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis, pela alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre lucros excedentes a R\$ 120 mil no semestre e a contribuição social é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável.

f) Uso de estimativas
A elaboração das demonstrações financeiras exige que a administração faça estimativas e estabeleça premissas que afetam os valores reportados nas demonstrações financeiras e notas explicativas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

g) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprovou o pronunciamento técnico CPC nº 25 e na Carta Circular Bacen nº 3.429/10 da seguinte forma:

- Ativos Contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Contingências Passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseada na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente.
- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação.
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2011	2010
Disponibilidades em moeda nacional	-	10
Total de caixa e equivalentes de caixa	-	10

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	2011	2010
Depósitos interfinanceiros - Banco BGN S.A.	8.818	8.305

Os depósitos são remunerados a uma taxa de 100% dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI com data de emissão entre março e abril de 2011 e vencimento entre abril de 2012 e fevereiro de 2013.

6. Patrimônio Líquido

O capital social, subscrito e integralizado, é dividido em 7.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Do lucro líquido apurado no final de cada período, 5% serão destinados para a constituição da reserva legal.

Em 2011 e 2010, foi efetuada a destinação dos lucros acumulados

b) Transações entre partes relacionadas

	2011	2010
Disponibilidades Banco BGN S.A.	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros Banco BGN S.A.	8.818	8.305
Outras Obrigações Banco BGN S.A.	-	-

8. Impostos e Contribuições

A Sociedade está sujeita ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social pela Estimativa. A despesa de Imposto de Renda registrada no semestre foi de R\$ 85 mil e a de Contribuição Social foi de R\$ 58 mil (R\$ 64 mil e R\$ 46 mil, respectivamente em 30 de junho de 2010), estando sua conciliação a seguir demonstrada:

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2011	2010	2011	2010
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	391	284	391	284
Alíquotas vigentes	25%	25%	15%	15%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com as alíquotas vigentes	(98)	(59)	(59)	(43)
Diferenças permanentes	13	(5)	1	(3)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(85)	(64)	(58)	(46)

9. Instrumentos Financeiros Derivativos

Nos semestres findos em 30 de junho de 2011 e de 2010, a Sociedade não participou ou manteve operações envolvendo quaisquer tipos de instrumentos financeiros derivativos.

Demonstrações do Resultado

para os Semestres Findos em 30 de Junho de 2011 e de 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	2011	2010
Receitas e a Intermediação Financeira	464	342
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	464	342
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	464	342
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(73)	(58)
Outras despesas administrativas	(51)	(42)
Despesas tributárias	(22)	(16)
Resultado Operacional	391	284
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	391	284
Imposto de Renda e Contribuição Social	(143)	(110)
Provisão para imposto de renda	(85)	(64)
Provisão para contribuição social	(58)	(46)
Lucro Líquido	248	174
Lucro líquido ação - R\$ 1,00	35,43	24,86

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa e para o Semestre Findo em 30 de Junho de 2011 e de 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	2011	2010
Atividades Operacionais		
Lucro líquido	248	174
Varição de Ativos e Passivos Operacionais	(290)	(2.205)
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(193)	(2.102)
Outros créditos	-	8
Outras obrigações	(97)	(111)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades Operacionais	(42)	(2.031)
Atividades de Financiamento		
Aumento de capital	-	2.000
Caixa Líquido Oriundo das Atividades de Financiamento	-	2.000
Diminuição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(42)	(31)
Varição de Caixa e Equivalentes de Caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	42	41
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	-	10

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

para a rubrica Reservas Especiais de Lucro em atendimento à Resolução 3.605 de 29 de agosto de 2008.

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido apurado no encerramento de cada exercício, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 11 de janeiro de 2010 foi aprovado o aumento de capital da Sociedade em R\$2.000. Esse aumento foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 24 de fevereiro de 2010.

7. Transações com Partes Relacionadas

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração:
A instituição é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria e, de acordo com o seu Estatuto Social, o Conselho de Administração deve ser composto por até 6 (seis) membros, todos acionistas da instituição, eleitos por Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição.

A Diretoria deve ser composta por até 7 (sete) membros, eleitos pelo conselho de administração e por ele destituíveis a qualquer tempo, mandato será de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo, um Diretor Presidente, um diretor Vice-Presidente e os demais designados Diretores Executivos.

Os membros do Conselho de Administração não residentes no país não recebem remuneração paga no Brasil. A remuneração atribuída aos Diretores no conglomerado das empresas integrantes do grupo Cetelem/BGN para o semestre encerrado em 30 de junho de 2011 foi de R\$7.046 o que representa benefícios de curto prazo e benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Não existem benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e remuneração baseada em ações.

	2011		2010	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Disponibilidades Banco BGN S.A.	-	-	10	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros Banco BGN S.A.	8.818	464	8.305	342
Outras Obrigações Banco BGN S.A.	-	-	(10)	-

O Conselho de Administração

A Diretoria

Contador: Carlos Alberto de Freitas - CRC1SP151.732/O-1

Relatório dos Auditores Independentes

Aos Administradores e Acionistas da BGN Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil
Barueri - SP
Examinamos as demonstrações financeiras da BGN Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("Leasing"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.
Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras
A Administração da Leasing é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considerará os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Leasing para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Leasing. Uma auditoria inclui também a avaliação da

adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da BGN Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil em 30 de junho de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
São Paulo, 19 de Agosto de 2011

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Vanderlei Minoru Yamashita
Contador - CRC nº 1 SP 201506/O-5

